



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 2022

Aprovação

Conselho de Administração: 12/09/2022

Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis - SC
CEP 88034-001 - Fone: (48) 3665-7000 - FAX: (48) 3665-7091
CNPJ nº 83.807.586/0001-28 - Inscrição Estadual nº 250.709.694
www.cidasc.sc.gov.br - E-mail: presi@cidasc.sc.gov.br

GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DE ESTADO DA
AGRICULTURA, DA PESCA E
DO DESENVOLVIMENTO RURAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Identificação Geral	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc
CNPJ/NIRE	83.807.586/0001-28
Sede	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis/SC - CEP 88034-001
Tipo de estatal	Empresa pública
Acionista controlador	Governo do Estado de SC
Tipo societário	Sociedade anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Setor de Atuação	Agricultura
Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores	Jean Fabrício Moraes
Audidores Independentes atuais da empresa	Audimec Auditores Independentes S/S. (81) 3338-3525, audimec@audimec.com.br.
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Ricardo Miotto Ternus - Presidente Álvaro Antônio Ribas Dourado Carlos Magno dos Santos Júnior Felipe Penter Junior Kunz Humberto Bicca Neto
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Junior Kunz - Presidente Jean Fabrício Moraes – Diretora Administrativa e Financeira Diego Rodrigo Torres Severo - Diretor de Defesa Agropecuária Marcos Roberto Pacheco – Diretor Institucional Manuela Stud da Rocha - Diretora de Planejamento e Inovação
Data de divulgação	12/09/2022

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Os interesses públicos subjacentes às atividades da Cidasc referem-se a fatores econômicos, sociais e de saúde pública, através de ações fiscalizatórias e de educação sanitária. Para Santa Catarina, as atividades agropecuárias são de fundamental importância econômica e social, geradoras de emprego e renda, além disso, a manutenção de padrões sanitários adequados auxilia na garantia de segurança alimentar para a população.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc foi criada pela lei 5.516/1979, sendo fundada em 27 de novembro de 1979. No dia 06 de setembro de 2005 foi transformada em Empresa Pública.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

Nossa Missão: Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Visão: Ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária.

Compete à Cidasc, segundo a LC nº 381, 07 de maio de 2007, alterada pela LC nº 534/11 e LC nº 741/2019:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização agropecuária;

V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul;

VII – assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

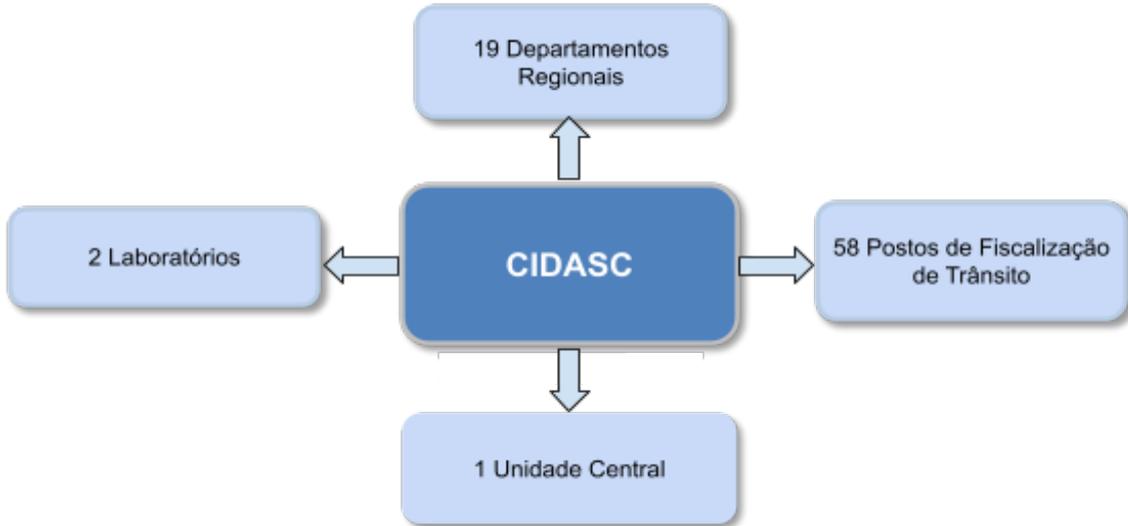
2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Visando atender sua missão, a Cidasc possui uma estrutura organizacional descentralizada com 19 Departamentos Regionais e um Escritório Central localizado em Florianópolis, além dos 58 postos fixos de fiscalização que formam um cinturão de proteção às divisas do Estado. Deste modo, a empresa consegue administrar cada

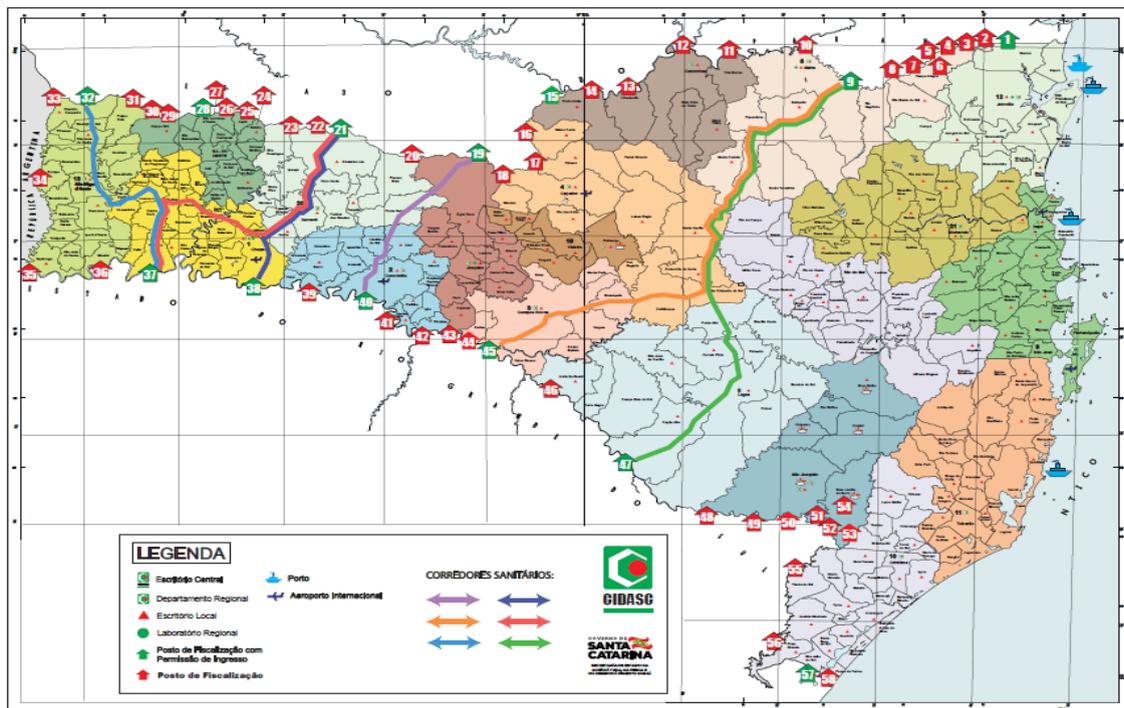


ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

região de acordo com as suas características regionais, o que proporciona maior efetividade em suas ações, e controlar a entrada e saída de animais e vegetais e seus subprodutos.



POSTOS DE FISCALIZAÇÃO DE SANTA CATARINA





3. POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA SUA OPERACIONALIZAÇÃO EM 2022

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

O processo de formulação de políticas públicas, também chamado de ciclo de políticas públicas, apresenta as seguintes fases:



Fonte: <https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>

A fase da agenda é onde se identifica os problemas existentes que merecem maior atenção, além de analisar a emergência destes e os recursos disponíveis.

A apresentação de alternativas que busquem minimizar ou eliminar os problemas apontados representa a segunda fase, onde são definidos os objetivos da política, os programas a serem desenvolvidos e seus planos de ação.

Após o levantamento das alternativas, o processo de tomada de decisão define quais ações serão tomadas, seus prazos e os recursos a serem utilizados.



A fase de implementação é a execução do planejamento das fases anteriores, onde os recursos e esforços são utilizados para atacar os problemas identificados visando a coletividade.

Finalizando o ciclo, a avaliação é uma ferramenta essencial para o processo de políticas públicas e, por isso, deve ser realizada em todas as fases. Nela são avaliados os resultados das ações executadas e seu impacto perante a sociedade. É um momento de aprendizado para os atores envolvidos e busca identificar melhorias tanto para as políticas públicas em curso como para as novas a serem formuladas.

As políticas públicas estão diretamente relacionadas a direitos descritos na Carta Magna. A constituição de 1988 constituiu uma série de direitos aos cidadãos brasileiros em diversas áreas, tais como: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, assistência social, entre outros.

Um grande objetivo das políticas públicas nas quais a Cidasc está inserida é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por meio das ações da empresa, o Estado de Santa Catarina conquistou há 15 anos o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Em 2015, Santa Catarina foi reconhecida também como zona livre de peste suína clássica também pela OIE. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

A atuação da Cidasc está intimamente ligada às políticas públicas de saúde e desenvolvimento socioeconômico e o faz através dos programas de Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal, inspeção de Produtos de Origem Animal e Classificação de Produtos de Origem Vegetal.

A união indissociável entre saúde humana, animal e ambiental trouxe um novo conceito chamado de Saúde Única. Segundo a OIE (2016), 60% das doenças infecciosas humanas são zoonoses, 75% dos agentes de doenças infecciosas no homem de origem animal e de cada cinco doenças novas no homem que surgem por ano, três são de origem animal. Portanto, as ações de vigilância sanitária animal e vegetal executadas pela empresa foram um pilar essencial neste ciclo.

Conforme visto anteriormente, acompanhar a implementação e os resultados das políticas públicas é imprescindível para que seus objetivos sejam alcançados. As ações da Cidasc são monitoradas pelo Governo do Estado de Santa Catarina através dos indicadores estratégicos listados a seguir com seus resultados do ano de 2021:

- Percentual de propriedades fiscalizadas/vistoriadas dentre as 3.600 propriedades de maior risco (acumulado nos últimos 12 meses) - META = 80%

A vigilância epidemiológica, dentro da Defesa Sanitária Animal, se destina a demonstrar a ausência de determinada doença ou infecção em uma população estabelecida, bem como descrever sua presença e distribuição e, ainda, detectar precocemente a reintrodução de doenças exóticas ou emergenciais. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) alerta para o fato de não haver método científico



capaz de fornecer uma certeza absoluta da ausência de determinada doença ou infecção e recomenda que o atendimento a essa demanda esteja fundamentado, preferencialmente, em ações contínuas de vigilância, suportadas por adequado sistema de informação. Assim, a combinação dos dados obtidos por fontes aleatórias com fontes não aleatórias e dirigidas aos riscos eleva o nível de confiança do processo ou, ao menos, aumenta a capacidade de detecção de limites ainda inferiores da ocorrência da doença ou infecção em relação à prevalência de delineamento, mantido o nível de confiança dos estudos estruturados. Uma das estratégias que encontra cada vez maior respaldo na literatura especializada é a vigilância baseada em risco, que baseia-se no fato de as propriedades não possuírem riscos homogêneos de estarem infectadas e, tampouco, de serem detectadas caso possuam animais doentes. Esta metodologia segrega as subpopulações com base nos fatores de risco a que estão expostas e na probabilidade de detecção desta exposição. Assim, elementos da vigilância baseada em risco podem ser observados praticamente na totalidade das atividades desempenhadas para vigilância, sejam as sorologias para detecção ou mesmo o monitoramento permanente das propriedades consideradas de maior risco.

FISCALIZAÇÃO/VISITÓRIA DE RISCO SANITÁRIO

Percentual de propriedades fiscalizadas/visitadas, dentre as 3.600 propriedades de maior risco sanitário (acumulado 12 meses)



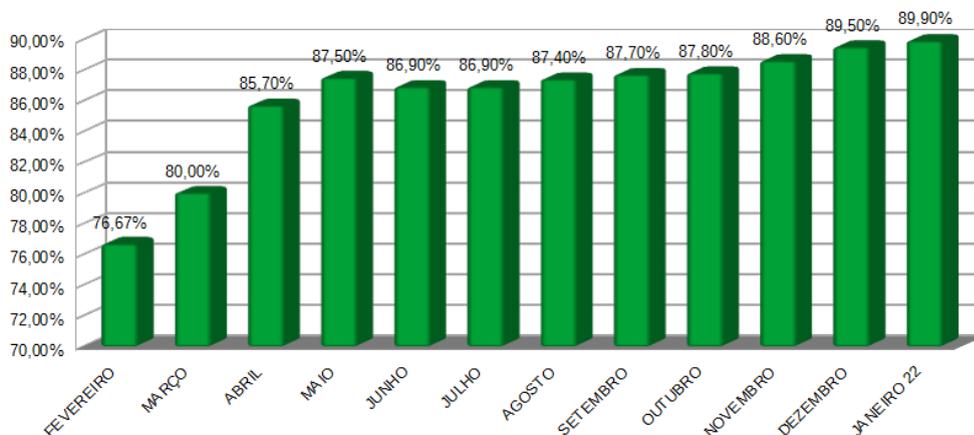
- Produção em conformidade com a legislação de agrotóxicos - META = 90%

A produção de alimentos de forma convencional, com o uso de agrotóxicos, deve ser realizada de acordo com a legislação sobre o uso deste tipo de insumo agrícola. Para seu registro, os agrotóxicos precisam ser aprovados pelo Ibama, Anvisa e Mapa. Os agrotóxicos são registrados para culturas e alvos específicos, conforme estudos apresentados aos órgãos em suas competências. O uso correto dos agrotóxicos pressupõe que os resíduos dessas substâncias nos alimentos ficarão dentro dos limites considerados seguros para o consumo da população. O uso incorreto, por outro lado, sujeita a população a efeitos não previstos, colocando em risco a saúde coletiva.



CONFORMIDADE COM LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Percentual de análises de produtos que estão dentro do padrão legal em relação ao uso de agrotóxicos (acumulado 12 meses)

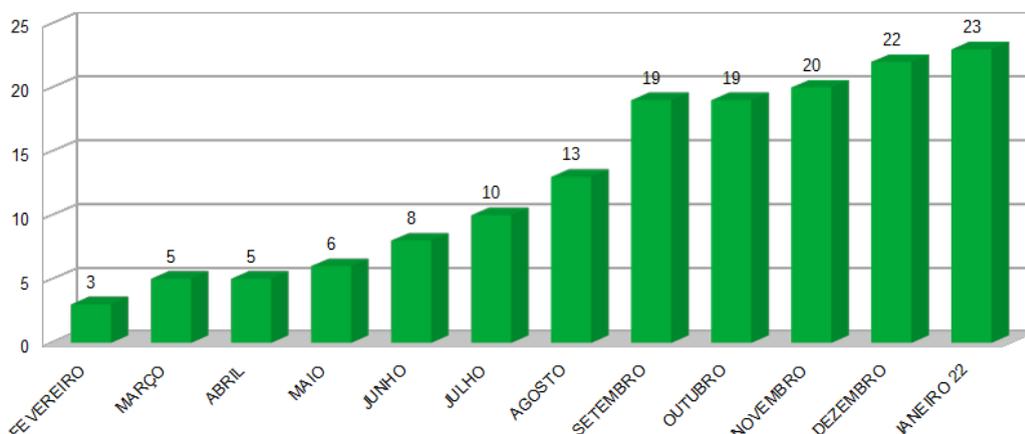


- Número de concessões do Selo Arte: META = 60 estabelecimentos

A concessão do selo ARTE aos produtos de origem animal como queijos, mel, pescados e embutidos produzidos no estado de Santa Catarina em estabelecimentos com serviço de inspeção destina-se a identificação de que estes produtos possuem características artesanais, são elaborados com matérias-primas com origem determinada, a partir de técnicas prioritariamente manuais e por quem tenha o domínio integral do processo e com isso a autorização de comercialização destes produtos passam a ser em todo o território nacional. Haverá o reconhecimento dos produtores artesanais catarinenses e de seus produtos que serão conhecidos e saboreados em qualquer parte do Brasil, aumentando a renda dos produtores, promoção da saúde pública, agregando valor ao produto e dando destaque ao estado em todo território nacional.

SELO ARTE

Quantidade acumulada de concessões de Selo Arte a produtos artesanais em SC

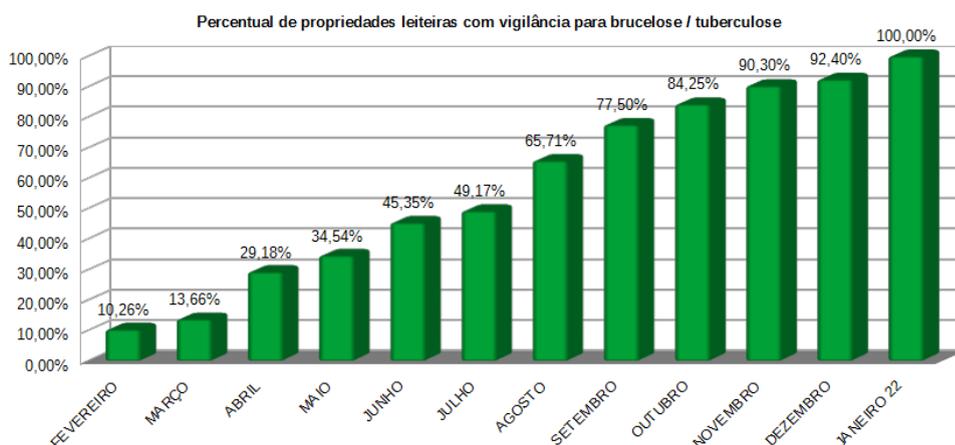




- Número de propriedades leiteiras com vigilância para brucelose: META = 60%

Encontrar de forma mais rápida e barata os rebanhos com suspeita de focos de brucelose utilizando a cadeia produtiva do leite, onde amostras de leite de tanque das propriedades serão examinados para detecção de anticorpos contra Brucelose. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.

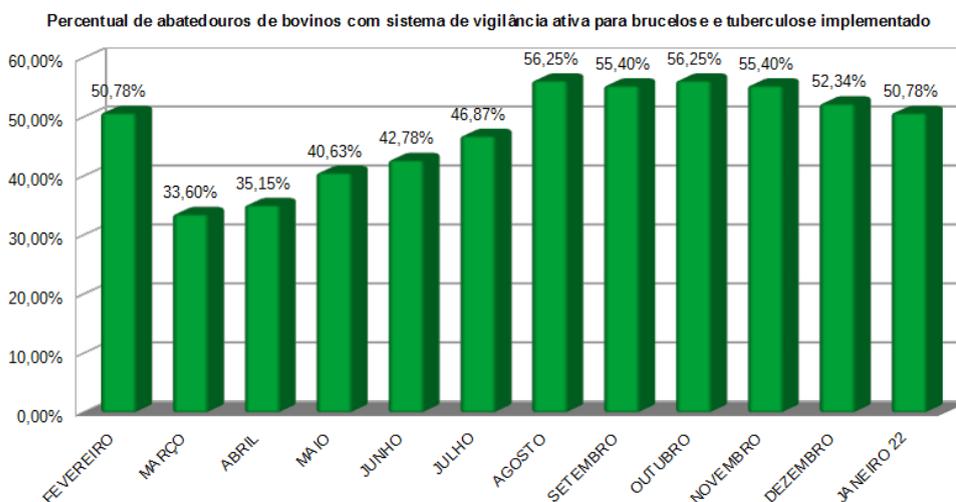
BRUCELOSE/TUBERCULOSE (LEITE)



- Percentual de estabelecimentos abatedouros de bovinos com sistema de vigilância ativa para brucelose e tuberculose implementado - META = 60%

Encontrar de forma mais rápida e barata os rebanhos com suspeita de focos de brucelose e tuberculose utilizando a cadeia produtiva da carne, onde os animais enviados para o abate, de forma aleatória, são examinados para estas duas doenças. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.

BRUCELOSE/TUBERCULOSE (CORTE)





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

Esses indicadores avaliam algumas ações estratégicas da Cidasc e representam um importante termômetro sobre as atividades executadas e seus impactos na sociedade.

Um grande objetivo das políticas públicas nas quais a Cidasc está inserida é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por meio das ações da empresa, o Estado de Santa Catarina conquistou há 15 anos o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Em 2015, Santa Catarina foi reconhecida também como zona livre de peste suína clássica também pela OIE. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

Outra política pública muito presente no dia a dia da Cidasc é a educação mediante os programas de **Educação Sanitária**. É atividade estratégica e instrumento da Defesa Agropecuária que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral. Essa política é feita no dia a dia através de orientações a produtores e sociedade em geral, assim como por meio de cursos ofertados gratuitamente e através dos programas do Sanitarista Júnior, que atende alunos do ensino fundamental da rede pública, e do recém lançado Sanitarista Acadêmico, que foca em alunos de cursos da graduação.

O **Sanitarista Acadêmico** é um programa inovador que tem por objetivo conectar a defesa agropecuária com as organizações de ensino técnico e superior. As organizações de ensino têm papel fundamental nas formações de futuros profissionais, agentes influenciadores do “Agro”, para que esses reconheçam como de seu interesse a preservação da saúde animal e sanidade vegetal, e sua relação com o bem-estar global, e assim, conscientemente, se disponham a conhecer, aceitar, e praticar e fomentar as ações de defesa agropecuária, estando também, dessa forma, capacitados a ingressar em um amplo mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Em 2021, as ações do programa Sanitarista Júnior foram executadas em 53 escolas formando 964 alunos.



4. ORÇAMENTO PREVISTO PARA 2022

Conforme a LOA (Lei Orçamentária Anual), segue previsão orçamentária para 2022:

ORÇAMENTO POR PROGRAMA DE GOVERNO PREVISTO PARA 2022			
Programa de Governo	Objetivo do Programa	Principais Atividades Executadas	Valor Orçado LOA
Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva do setor agropecuário e pesqueiro catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, com produção sustentável, importação e exportação dos insumos e produtos agropecuários	Movimentação de granéis no TGSFS	R\$135.000
Gestão de Pessoas	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.	Remuneração e encargos de servidores e estagiários.	R\$206.963.347
Gestão Administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.	Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	R\$28.110.293
Defesa Sanitária Agropecuária	Promover a sanidade animal e vegetal, a qualidade de seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e promover a saúde única.	Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas); Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Produtos de Origem Animal; Educação Sanitária; Fiscalizações em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade; colheita de amostras e Classificação de produtos de origem vegetal.	R\$ 13.639.569



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

REFERÊNCIAS:

<https://www.ourofinosaudeanimal.com/ourofinoemcampo/categoria/artigos/voce-conhece-o-conceito-de-saude-unica-one-health-/>

<https://www.cfmv.gov.br/saude-unica/comunicacao/2018/10/09>

<http://sigef.sef.sc.gov.br/sigef/SIGEFPortal.html?p=1>